

A comunicação no espaço educativo: possibilidades e limites de um novo campo profissional

Ismar de Oliveira Soares *

Os meios de comunicação chegam à escola

Toulouse, França, 1990: 200 especialistas reuniram-se para definir os novos rumos da educação para a comunicação (*media education*), nos vários continentes.

La Coruña, Espanha, 1995: um encontro de pesquisadores de 25 países decide iniciar – no espaço oferecido pelo IV Congresso Internacional de Pedagogia da Imagem – um processo de articulação internacional de *educadores* e de avaliação de seus respectivos projetos, na busca constante de objetivos e metodologias adequados ao momento histórico vivido pela humanidade às vésperas do século XXI. Os dois eventos traduzem as articulações que vêm ocorrendo em torno do tema em nível mundial, continental e mesmo em nível das políticas educacionais de numerosos países.

Entre os encontros de Toulouse e de La Coruña reuniram-se, por exemplo, na cidade de Sevilla (Espanha), em março de 1994, os representantes dos Ministérios da Educação da Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Equador, Espanha, Peru, Uruguai e Venezuela, para formalizar um programa conjunto de intervenção pedagógica intitulado “Meios de Comunicação na Educação” da Organização de Estados Ibero-americanos¹. Um dos princípios que sustenta o projeto intitula-se “transversalidade pedagógica”, assim descrito: “*Los medios de comunicación se deben trabajar en todas las áreas curriculares y en todos los niveles educativos de forma sistemática*”.

O projeto das nações ibero-americanas contempla o desenvolvimento de uma política de trabalho que inclui, entre outras propostas, a

* Professor da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.

12 • Ismar de Oliveira Soares

implementação de cursos de formação de especialistas, a constituição de bases de dados com material a serviço dos educadores de todos os países envolvidos com o projeto e a criação de uma rede que vincule as experiências em implantação²

A Espanha antecipou-se aos demais países ibero-americanos, introduzindo definitivamente no sistema educacional, através dos dispositivos da ESO – *Enseñanza Secundaria Obligatoria*, o uso dos meios de comunicação e sua “análise sistemática”. Conforme relatam os educadores Juan Manuel Garrido e Manuel Palomo, “a integração dos meios de comunicação no currículo escolar tomou-se, a partir do Real Decreto 1007/1991, uma realidade no novo sistema educativo, permitindo globalizar e integrar as aprendizagens, dando um sentido funcional e motivador à educação³”.

O tema vem ganhando a adesão do mundo empresarial, traduzindo-se em projetos como “NET na sala de aula” (um programa que contempla a introdução de sistemas de TV por Cabo em escolas do Sul do país, com orientação didática para o uso dos programas veiculados, elaboradas por especialistas na inter-relação Comunicação Social/Educação). Outra iniciativa tem sido a implantação do projeto intitulado “O jornal em sala de aula”, presente em numerosos países das Américas, como a Argentina e o Brasil. Em nosso país, ao redor de 30 jornais de médio e grande porte acabaram criando departamentos a partir dos quais, com a assessoria de pedagogos e comunicadores, se oferece assistência a escolas no uso e no debate de seus produtos culturais. Em numerosos casos, os coordenadores dos projetos tiveram condições de implementar programas que superaram a mera perspectiva mercantil dos proprietários dos veículos, dando autonomia e criatividade à proposta. Em maio de 1996, o Senado Federal acabou aprovando projeto do senador Júlio Campos, que institucionaliza a atividade de leitura de jornais e revistas no currículo das quatro séries finais do ensino fundamental e médio⁴.

A introdução dos meios de comunicação nos sistemas educativos mantém, contudo, relação direta com a capacidade de professores, agentes culturais e comunicadores de entenderem a dimensão de tal proposta e de implementá-la adequadamente. Legitimado o tema, **o problema passa a ser o da identificação do perfil do especialista ou do profissional em condições de assumir a tarefa de forma a permitir não apenas uma melhoria na qualidade final da educação, mas,**

sobretudo, um emprego eficaz dos recursos da comunicação na formação do futuro cidadão.

A escola particular em busca de um novo profissional de comunicação

Um anúncio nas páginas de **O Estado de São Paulo**, publicado recentemente, chamou atenção de 200 profissionais de comunicação: uma instituição de ensino de grande porte localizada na capital paulista, abria inscrições para um processo de seleção destinado a contratar um novo funcionário identificado como coordenador de comunicação.

O candidato deveria ocupar uma função que compreenderia:

a) **as inter-relações de comunicação no interior da escola** (deveria definir uma política de trabalho para todos os setores que de alguma forma mantêm contatos regulares com os vários públicos da escola);

b) **a melhoria da qualidade dos veículos de comunicação mantidos pela instituição** (seu boletim e seu anuário), assim como a relação do colégio com os meios de comunicação;

c) **a assessoria pedagógica para a implantação sistemática da “análise crítica da comunicação”** no currículo.

Um trabalho simultaneamente administrativo, cultural e pedagógico.

Os 200 candidatos que se apresentaram possuíam os mais diversos perfis. Eram jornalistas, publicitários, produtores culturais, profissionais de relações públicas, diretores de teatro, educadores. Boa parte deles se perguntava na sala de espera do Diretor Administrativo da instituição: Seria, afinal, possível concentrar em um único profissional as qualidades necessárias para cumprir o que se exigia deste “gestor de comunicação” no espaço educativo?

O que se esperava era, de fato, um trabalho abrangente de um comunicador com profundos conhecimentos de educação. No caso, os candidatos, em sua absoluta maioria dos profissionais bem sucedidos em áreas específicas como jornalismo, relações públicas, publicidade, direção artística, entre outras, perguntavam-se pela adequação de seu próprio perfil ao cargo oferecido.

A dificuldade inicial do funcionário em atender, em sua complexidade, às exigências da função estabelecidas pelo edital de convocação divulgado pelo colégio foi naturalmente superada por seu esforço pesso-

14 • Ismar de Oliveira Soares

al, mas acabou por apontar a necessidade de uma revisão nos modelos de formação dos profissionais da área.

Em outras palavras, a presença da Comunicação Social, no espaço educativo (e não apenas a introdução dos meios e recursos de comunicação nos currículos) acabou por multiplicar os problemas anteriormente identificados quando se perguntava pelo perfil do especialista na inter-relação Comunicação/Educação. O que se espera, no caso, é mais que um professor com algumas noções sobre os meios de comunicação. O que se pretende é um verdadeiro “gestor de processos comunicacionais”.

Um novo modo de ver a comunicação

Os conceitos de “gestão” e de “gestor” têm sido usados com certa frequência, no meio educacional, para indicar o modo globalizante de administrar o processo educacional, objetivando qualidade, eficiência e a plena satisfação pedagógica, tanto do corpo discente, quanto do docente. Aplicado à área do manejo da informação, o conceito de “gestão” aponta, principalmente, para uma nova visão de comunicação: a comunicação como **mediação cultural**, ou mesmo a comunicação como **mediação educacional**.

A comunicação vem ocupando, cada vez mais intensamente, um **lugar interdiscursivo e mediático**, dado que em seu espaço cruzam-se, de forma interdisciplinar, as áreas do conhecimento, as formas de constituição dos sentidos, as representações simbólicas, as aplicações e incidências das tecnologias, as práticas profissionais especialmente voltadas para o uso dos recursos da informação, as inter-relações de poder, etc⁵.

A **mediação educacional** exercida pela Comunicação Social fica explícita na realidade representada pela presença dos meios de comunicação na sociedade, como mobilizadores, intermediários ou condicionadores das expressões individuais, grupais e massivas.

A Comunicação – enquanto forma de expressão – ela própria, é, contudo, mediada por recursos de diferentes naturezas, a exemplo dos recursos colocados à disposição pelas modernas tecnologias. A mediação das tecnologias produziu o que descrevemos no primeiro capítulo deste ensaio como Era da Informação.

A Era da Informação, como expressão do progresso humano que incontestavelmente vem modificando hábitos e comportamentos grupais

A comunicação no espaço educativo: possibilidades e ... • 15

e organizacionais, exige dos planejadores e administradores de organizações – como as Instituições de Ensino Superior – uma séria reflexão sobre a adequação das formas como conduzem seus Institutos com as exigências do momento presente.

Pensar a **questão da comunicação** como **mediação educacional** na Era da Informação implica estudar as profundas razões que unem e muitas vezes colocam em oposição sistemas que trabalham a representação simbólica, como é o caso do sistema de meios de comunicação e o sistema de educação escolar.

A educação enquanto ecossistema comunicacional

Trabalhar a comunicação enquanto interdiscursividade e mediação, é, essencialmente, pensar a questão da própria produção e veiculação da cultura. E é nesta área que comunicação e educação se cruzam. Os dois campos de atividade humana às vezes competem entre si neste espaço. Não raras vezes fundem-se, num mesmo movimento produtor ou reproduzidor de cultura.

A educação pode ser considerada, na verdade, como um dos mais antigos e tradicionais campos do exercício da própria comunicação. Ao mobilizar pessoas em permanente interação, sistematizar e divulgar conhecimentos, reafirmar valores, garantir espaço para as manifestações da criatividade das pessoas nelas envolvidas, a educação moderna apresenta-se, hoje, como nunca, como um autêntico **ecossistema comunicacional**.

E isso, por numerosas razões, entre as quais:

– A educação – enquanto estrutura formal de ensino – apresenta-se à sociedade como **organização complexa**, onde se movem pessoas, que cumprem funções, emitem, recebem e reelaboram símbolos, relacionam-se institucionalmente – bem ou mal – com o público externo e, inúmeras vezes, com os meios massivos de comunicação.

– A educação trabalha a **informação**, sistematizando-a e divulgando-a; trabalha o **lúdico**, mobilizando sentimentos, emoções, cultura e difunde **valores**.

A escola, por definição ou vocação, representa – em não poucos casos – um espaço comunicacional único, capaz de dar à criança, ao adolescente ou mesmo ao jovem universitário condições ímpares para se

16 • Ismar de Oliveira Soares

expressar, desenvolvendo sua capacidade de ter e usar a palavra, uma palavra que com frequência lhe será negada pelo sistema massivo dos meios de comunicação.

Caminhos cruzados, caminhos paralelos, caminhos...

Apesar da proximidade que os une (ambos definem-se como campos de *interdiscursividade e de mediação*), o **sistema de meios de informação** – através do jornal e modernas tecnologias eletrônicas – e o **sistema formal de ensino** – através das escolas e universidades – têm naturalmente campos específicos e excludentes de ação, cujos paradigmas muitas vezes se opõem.

Em recente conferência, no Rio de Janeiro, durante o 19º Congresso Brasileiro de Comunicação Social⁶, o educador francês Pierre Furter, ao discorrer sobre os fundamentos que aproximam ou diferenciam o **mundo da educação** do **mundo da comunicação**, apontou para o fato de que a educação alicerçou seus paradigmas ainda no século XIX, sob o impacto da Revolução Francesa, estribando-se no princípio da racionalidade: A sua construção epistemológica é baseada sobre a “teoria do capital humano” (a educação como responsável pelo progresso individual do futuro cidadão); a identificação do saber com o progresso social; a educação como condição **indispensável** da democratização da sociedade.

O paradigma da educação supõe o papel do Estado-civilizador, o Estado do Bem-estar, que tem a responsabilidade de manter uma política favorável a um sistema escolar público e de qualidade.

Já o **mundo da comunicação** – segundo Furter – é mais ágil, formalizando-se epistemologicamente na “teoria da informação”. Firmou-se a partir da fragmentação da produção simbólica e da valorização da imaginação e da emoção, características da produção audiovisual. O seu referencial cognitivo é o surgimento de uma “realidade virtual”, acessível a imensas audiências, o *cyberespaço*, donde se estabelecem interações inéditas entre produtores e receptores.

O mundo da comunicação, ao contrário do mundo da educação, tende a afastar-se do Estado e sustenta-se no poder formidável das transnacionais da cultura, mantido pelo poder econômico, industrial e financeiro internacional.

A comunicação no espaço educativo: possibilidades e ... • 17

Um estudo comparado entre o mundo da educação e o mundo da comunicação aponta para um verdadeiro **descompasso**, que levou Furter a vaticinar o fim dos pedagogos, da pedagogia e da própria escola, dada a improvável absorção – pelos educadores – dos paradigmas da comunicação, que garantem a legitimidade globalizadora e irreversibilidade do sistema de meios.

Um mundo educativo hegemonicamente conduzido pelos paradigmas do sistema de comunicação de massa deveria – segundo Furter – adotar como paradigma um modelo **descontínuo de educação e o caráter aleatório da cultura**.

A radicalidade da proposta busca seu sentido na condição tecnológica da gestação da cultura moderna, apresentada como irreversível. A educação necessitaria, assim, efetivamente, de mudanças profundas caso não queira distanciar-se, no tempo e no espaço, do momento civilizatório em que estamos inseridos.

Questionamos esta visão, por entendê-la pouco científica e fruto de um deslumbramento passageiro frente às novas tecnologias. A reforma da educação exclusivamente a partir da perspectiva tecnológica tem-se revelado vítima de um verdadeiro reducionismo que faz acreditar que a tecnologia está carregada, em si mesma, de modernidade – e, portanto, de verdades incontestáveis e definitivas – enquanto o sistema educacional presencial e dialogal passa a ser considerado ultrapassado e até mesmo perverso, por ser intrinsecamente humano. Acreditamos ser mais prudente adotar a perspectiva de Morin, do **Pensamento Complexo**, mais aberto à realidade humana da comunicação, acrescido do convite de Habermas para a promoção permanente de uma Ação Comunicativa criadora. Ou, ainda, o ponto de vista da Comunicação assumida como **Mediação Cultural**, a partir da perspectiva alimentada pelo pensamento latino-americano.

Em busca do caminho da maturidade comunicacional

A crítica à “tecnologização” da educação tem sido realizada, entre nós, pelo paradigma da comunicação enquanto **mediação cultural**. A cultura é fruto das inter-relações – **comunicações** – étnicas, sociais, grupais. A tecnologia – fruto da cultura – empresta agilidade e condiciona sua formação. O que importa, essencialmente, são, portanto, as inter-relações, que devem ser preservadas em sua autenticidade e verdade. Secundariamente, os meios, os recursos, as técnicas.

18 • Ismar de Oliveira Soares

Ao descobrir a educação como espaço privilegiado de inter-relação humana, encontramos, ademais, um segundo paradigma, o da **educação como mediação comunicativa**. A educação, como sistema de intercâmbio e passagem da herança cultural, continua representando legítima modalidade de inter-relação humana, portanto, de comunicação plena.

A **educação como mediação comunicativa** vê em cada professor, em cada aluno, em cada funcionário de um estabelecimento de ensino o *homo comunicationalis*, um homem-em-comunicação.

A revolução, no caso, estaria não em destruir a escola em nome do atual estágio de progresso tecnológico, mas em converter efetivamente a escola em espaço de comunicação livre, desmanipulada, onde cada professor, cada aluno, cada funcionário seja motivado e mobilizado a comunicar-se, utilizando, inclusive, todos os recursos colocados à disposição pela tecnologia de ponta.

No caso, o planejador e o administrador de uma instituição de ensino teriam uma pergunta básica ao iniciar ou implantar uma obra: **como fazer para que minha organização se converta em um espaço de comunicação total e de cultura mediatizada pela comunicação?**

Pelo novo paradigma, as escolas existentes deveriam ser reexaminadas em seu espaço **físico-administrativo**, como organizações que:

a) **sejam capazes de redefinir a cultura comunicacional**, que rege as relações entre administração, coordenação, corpo docente e alunos, democratizando-as;

b) **sejam capazes de redefinir a cultura comunicacional**, que rege seu **inter-relacionamento** com o mundo que a rodeia – a comunidade e os próprios meios massivos de informação, prestando contas de seus atos, socializando suas conquistas culturais, intervindo diretamente na realidade sócio-econômica-social e cultural do bairro, da cidade, do país.

c) **sejam capazes de assessorar os professores** para que compreendam que a produção e difusão do saber deva ser colocada em função de uma **leitura dos meios de comunicação** de forma a dar autonomia aos educandos na construção de suas comovisões, permitindo que sejam capazes de receber com igual autonomia a estrutura e a intencionalidade da produção cultural regida pelo sistema de meios massivos.

Na verdade, a formação de cidadãos críticos, se não for propiciada pela família e pela escola, dificilmente o será pelo sistema de meios, regido pela ótica do mercado.

A nova Lei da Educação reconhece o papel mediador da Comunicação

Desde a promulgação da Constituição Brasileira, em 1988, numerosos educadores se mobilizaram no sentido de que fosse elaborada uma lei específica para a área da educação, que atendesse ao espírito “cidadão”, que caracterizava a própria da Carta Magna.

Neste sentido, duas propostas de textos circularam pelos corredores do Congresso Nacional: o texto originário da Câmara (1994) e a emenda do Senado Federal (1996), finalmente convertida em projeto de lei.

Os dois textos são explícitos no reconhecimento do fator “Comunicação” no desencadeamento do processo educativo. O projeto da Câmara, mais minucioso, apontou para a obrigatoriedade da introdução de “critérios de leitura crítica dos meios” nos currículos e para o emprego das tecnologias da comunicação no ensino, regulando o uso dos canais de rádio e televisão para a educação à distância. Até mesmo as empresas seriam obrigadas a colocar à disposição dos operários salas equipadas para a recepção de programas de teleeducação.

A emenda do Senado Federal manteve-se nos princípios gerais, deixando para a posterior regulamentação da Lei a definição de políticas específicas para o setor. De qualquer modo, a inter-relação Comunicação Social/Educação foi reconhecida, a partir da perspectiva de uma educação para o desenvolvimento e para a formação de cidadãos autônomos. Chama a atenção especialmente o Artigo nº 33, que afirma que os conteúdos, as metodologias e as normas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre:

- I – “domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;**
- II – conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;**
- III – domínio dos conhecimentos sócio-históricos necessários ao exercício da cidadania”.**

A leitura e interpretação do artigo arrolado conduzem necessariamente à inter-relação Comunicação Social/Educação, cabendo ao sistema nacional de ensino adotar as medidas que a própria emenda do Senado acabou por excluir do texto da nova L.D.B.

O papel do profissional da comunicação

A preocupação da nova L.D.B. com o fenômeno da comunicação revela o crescimento do número e da qualidade dos teóricos que aceitam, sem maiores preconceitos, a autonomia da comunicação enquanto espaço de mediações e, em consequência, o caráter mediático da própria comunicação educativa.

A atividade do profissional da comunicação no espaço educacional transforma-se, assim, a cada dia, num trabalho multidisciplinar e multimidiático. Tal profissional deve, em consequência, ser preparado para atuar em todas as atividades humanas em que se faz necessária a utilização dos processos e recursos da comunicação.

Estamos propondo que os atuais **assessores de comunicação** a serviço das escolas se convertam numa espécie de **gestores da comunicação educativa**, cujo foco de preocupação não será tão somente o exercício de determinada incumbência funcional (assessoria de imprensa, produção do jornal da universidade, difusão da produção científica), mas a globalidade do próprio processo transdisciplinar de comunicação. O gestor é um profissional que pensa a instituição como um ecossistema comunicacional, tomando-a visível, operante, produtiva.

O **gestor de processos comunicacionais no espaço educativo** representaria, mais especificamente, o profissional preocupado com:

- a) a **elaboração de diagnósticos** (identificação das carências e das necessidades) no campo da inter-relação Educação / Comunicação, colaborando, desta forma, para um adequado planejamento educacional;
- b) a assessoria para a **implementação de programas** na área da “leitura dos meios” (ou da Educação para a Comunicação), a partir de uma pedagogia construtivista e participativa;
- c) a assessoria para o **desenvolvimento de projetos** nas áreas da comunicação impressa, eletrônica e informatizada, para o público interno e para o público externo);
- d) a assessoria para **uso das tecnologias** no ensino e para a implementação de **projetos de educação à distância**, com o uso das linguagens e recursos dos meios massivos.

Particular missão do gestor será a de oferecer assessoria aos professores e aos próprios alunos na **educação para a comunicação**. Hoje, a educação para os meios tem sido assumida, em nível mundial, como

A comunicação no espaço educativo: possibilidades e ... • 21

estratégia da própria mobilização internacional em favor da preservação da democracia, tanto nos países desenvolvidos, como nos que lutam para superar seus estágios de pobreza⁷.

Para que não parem dúvidas sobre a especificidade da formação e do trabalho do novo profissional, reafirmamos que seu âmbito de atuação é o da **comunicação cultural**. Sua pretensão não é a de concorrer com as carreiras profissionais já estabelecidas (jornalismo, relações públicas, biblioteconomia, publicidade, etc.), mas, ao contrário, é a de expandir o campo profissional para o trabalho de todos os profissionais da área.

O espaço ou áreas de atuação do gestor da comunicação educativa

As possíveis áreas de atuação do **gestor de processos comunicacionais no espaço educativo** poderiam estar concentradas:

a) na área dos **macro-sistemas** (junto às Secretarias de Educação, mantenedoras de estabelecimentos de ensino, etc.),

b) na área das **unidades educativas** (junto às Escolas e Universidades),

c) na área das **Instituições que elaboram produtos educativos** (editoras, produtoras de vídeos educativos, emissoras de rádio ou TV, empresas programadoras de redes de informática, ONGs, instituições educativas do movimento popular, etc.).

Para muitos que nos acompanharam neste capítulo ficará, certamente, a impressão de que o autor está navegando em utopias, principalmente se alguém se lembra de levar em conta a dura realidade do ensino em nosso país e a precariedade e os preconceitos dos sistemas de formação profissional, tanto na área da comunicação quanto na da educação. E a conclusão sai natural: o projeto é pretensioso, irrealista e inadequado.

Concordamos que não é fácil para o sistema educacional absorver a presença, em seus quadros, de um profissional de comunicação.

Entendemos que a proposta é passível de críticas, principalmente por parte dos agentes do *marketing* tecnológico. A proposta está se mostrando, contudo, inteligível para os que assumiram, na prática, a comunicação como mediação e interdiscursividade, no entendimento de que comunicação participativa e dialógica está ao alcance de todos.

22 • Ismar de Oliveira Soares

Cresce, na verdade, nos mais diversos países do mundo, o sentimento de que a educação necessita rever-se em termos de processo comunicacional. Para alguns autores, trata-se, mesmo, da busca de caminhos que preservem os bens mais preciosos da sociedade, neste final de século: a **democracia** e o exercício da **cidadania**.

Notas

1. A organização do evento coube à Secretaria de Educação e Ciência da Junta do Governo da Andaluzia e do Grupo Pedagógico Andaluz *Prensa y Educación*.
2. Revista **Comunicar**, Sevilla 3, 1994, p.105-107.
3. Juan Manuel Garrido e Manuel Palomo, *Educación Secundaria Obligatoria, Medios de Comunicación en la ESO*. **Comunicar**, Sevilla 1, 1993, p. 26-37.
4. “Projeto inclui periódicos em currículo escolar”. **O Estado de São Paulo**, edição de 23 de maio de 1996, p. A-16.
5. Ver sobre o tema, Maria Aparecida BACCEGA, “O Campo da Comunicação”. In: Tupã Gomes Corea (org.). **Comunicação para o Mercado**. São Paulo, Edicon, 1995, p.51-61.
6. O 19º Congresso Brasileiro de Comunicação Social realizou-se de 1º a 4 de novembro de 1995, no Rio de Janeiro, numa promoção conjunta da UCBC – União Cristã Brasileira de Comunicação Social e da ABT – Associação Brasileira de Tecnologia Educacional, com o tema “Comunicação e Educação para a Cidadania”.
7. Len Masterman, *Media education worldwide: objectives, values and superhighways*. **Media Development**, 2/1995, London, 1995, p.6-9.